

O ESTADO DA ARTE EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO COLONIAL

Marisa Bittar
Amarilio Ferreira Junior.*

Introdução

Nosso objetivo neste texto é tratar da educação colonial privilegiando o período que contou com a hegemonia dos jesuítas (1549-1759), uma vez que ele abarca duzentos e dez anos da história da educação brasileira. Antes de adentrarmos ao nosso tema, porém, chamamos a atenção para um aspecto inicial da questão: estudar a ação pedagógica dos jesuítas implica sempre no enfrentamento de um problema teórico-metodológico de grande importância. Isto porque, em se tratando de um tema pouco afeito a despertar indiferença, não é possível estudá-lo minimizando a opção epistemológica. Pesa sobre o assunto a idéia um tanto quanto generalizada segundo a qual o que havia para ser dito já o foi, seja pelos seus defensores, seja por aqueles que realizaram a crítica destinada à sua desconstrução, portanto, de acordo com este julgamento, voltar ao tema seria uma tarefa destituída de sentido. Por quê retomá-lo? É o que indagam os que crêem que fazê-lo significaria aderir à narrativa apologética de Fernando de Azevedo, cujas teses, oriundas de *A cultura brasileira*, teriam se constituído em matriz de uma determinada visão da história da educação brasileira.

Desejamos mostrar que o tema não é tão simples como parece e o faremos seguindo, tanto quanto possível, os debates e estudos empreendidos pelo grupo “Educação jesuítica no Brasil colonial”, sediado na Universidade Federal de São Carlos e ligado ao DEHSCUBRA (Diretório de Pesquisa Educação, História e Cultura Brasileira: 1549-1759), liderado por José Maria Paiva. Criado em 2000, o DEHSCUBRA congrega pesquisadores da Universidade Metodista de Piracicaba, da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), estando em fase de ampliação desde o seu V Encontro, realizado em novembro de 2005, em Piracicaba. O Grupo da UFSCar, liderado por nós, nasceu em 1998 após termos realizado uma pesquisa sobre a produção acadêmica no Mestrado em Educação daquela universidade, o que nos permitiu constatar lacunas temáticas nessa produção. Assim, quando propusemos o projeto sobre “Educação jesuítica no Brasil colonial”, foi exatamente com o

* Ambos são professores do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

objetivo de estudar um tema que se encontra pouco presente na historiografia da educação brasileira.

Atualmente o grupo encontra-se consolidado e bem estruturado, dispondo de um arquivo próprio constituído de considerável acervo que vem sendo montado ao longo desses anos e que agora está sendo classificado e organizado por dois outros pesquisadores incorporados ao grupo¹. Além disso, a partir do nosso trabalho cotidiano nas salas de aula da graduação, passamos a contar, sistematicamente, com um número expressivo de alunos na Iniciação Científica. Agora já estamos colhendo os frutos dessa *práxis* que alia ensino e pesquisa, pois já ampliamos os estudos do grupo com os primeiros projetos desenvolvidos no Mestrado e Doutorado.

A hegemonia dos jesuítas e a presença da sua ação pedagógica nos atuais eventos científicos da área

A hegemonia que os jesuítas exerceram na ação pedagógica durante o período colonial é um fato histórico: em mais de quinhentos anos de história da educação brasileira, duzentos e dez tiveram a condução da Companhia de Jesus. Sem esquecer outras ordens que aqui missionaram, a começar pelos franciscanos que celebraram a primeira missa, foram os padres inacianos os únicos que, por exemplo, tiveram a prerrogativa da Coroa Portuguesa para estabelecerem colégios. Seja pelas casas de bê-á-bá ou pelos colégios, a partir de 1549 começou a ser tecido um processo de implantação de novos padrões culturais inteiramente distintos dos praticados pelos povos que aqui habitavam. A esse processo damos o nome de hegemonia, tal como escreveu Gramsci, para quem, um grupo social, ao tornar os seus valores aceitos e incorporados pelos demais, torna-se também dirigente, mesmo quando minoritário – como foi o caso dos jesuítas. Obviamente, trata-se de um processo eminentemente cultural, mas com claras vinculações políticas, pois, no caso dos jesuítas, eles forneceram as bases ideológicas necessárias para a dominação política dos colonizadores em decorrência do padroado, isto é, não havia separação entre o Estado e a Igreja Católica em Portugal. Tal preponderância foi assinalada tanto pelos seus defensores, especialmente Serafim Leite, quanto por autores mais recentes, como por exemplo, Villalta em *O que se fala, o que se lê: língua, instrução e leitura*. Para ele: “até 1759, a Companhia de Jesus

¹São eles: Maria Cristina Innocentini Hayashi e Carlos Roberto Massao Hayashi, que abriram a linha de pesquisa “Fontes de Informações sobre a educação jesuítica no Brasil Colonial”.

foi o principal agente da educação, possuindo várias escolas, voltadas para a formação de clérigos e leigos”².

De acordo como o conceito gramsciano, hegemonia não equívale a “importância” no sentido positivo que alguns pesquisadores lhe dão. Hegemonia significa superioridade, preponderância, direção; portanto, é um conceito político. Essa hegemonia, porém, contrasta com o baixo número de pesquisas demonstrando que o tema não tem despertado grande interesse como objeto de estudo. Curiosamente, porém, a despeito das evidências, alguns pesquisadores acreditam que ele esteja bem coberto, sustentando a idéia de que a área, após o advento dos Programas de Pós-Graduação, mostra-se revitalizada justamente pelos estudos desenvolvidos sobre o Império (mais) e a Colônia (um pouco menos).

Mostraremos que, ao contrário, no que diz respeito à Colônia, ela não tem sido suficientemente estudada. Para tanto, realizamos um levantamento bem atual referente a essa produção. Eis o arrolamento com a classificação por períodos, pois, para efeito do que aqui nos interessa, deixamos de considerar os demais trabalhos, como por exemplo, aqueles sobre questões teórico-metodológicas: Em 2000, no I Congresso da Sociedade Brasileira de História da Educação – SBHE (Rio de Janeiro) foram apresentados 215 trabalhos, sendo que destes, 7 sobre a Colônia, 35 sobre o Império e 149 sobre o período republicano. Já no II Congresso (Natal), em 2002, os anais registram 359 trabalhos, assim distribuídos: Colônia (11); Império (21), República (161). O III Congresso (Curitiba), em 2004, contabilizou 394 trabalhos, sendo: Colônia (3); Império (68); República (226). Nesses três Congressos, dos vinte trabalhos sobre Colônia, dois eram de nossa autoria.

Passemos aos Encontros Anuais da ANPED no mesmo período. O Grupo de Trabalho de História da Educação apresentou, em 2000, 11 trabalhos. Nele, os temas mais abordados giraram em torno da Escola Nova variando entre o Manifesto dos Pioneiros, Anísio Teixeira, Escola Nova em Minas Gerais, Escola Nova em São Paulo. Além desses, constam: práticas de leitura e formação do leitor; documento fotográfico como fonte; revistas específicas da educação brasileira e uma biografia. Nenhum sobre o período colonial. Na Reunião de 2001, igualmente apresentaram-se 11 trabalhos, predominando a temática sobre a mulher, a criança (festejos comemorativos, crianças trabalhadoras) e formação docente. Além deles, consta um trabalho sobre a escolarização de afro-brasileiros e um sobre a origem do sistema educacional na

²VILLALTA, L. **O que se fala, o que se lê: língua, instrução e leitura**, p. 347.

Argentina. O período mais pesquisado foi o final do século XIX até a primeira metade do século XX. Na Reunião de 2002, constaram 12 trabalhos, predominando os temas sobre as práticas de leitura, embora a Escola Nova não ficasse ausente: pelo menos um trabalho a tem, nominalmente, como referência. Nesse evento, no qual encontramos um trabalho sobre a Colônia (concepção de educação nos Sermões de Antônio Vieira, com base em Foucault), uma proposta nossa sobre *Infância e catequese no Brasil Colonial*, foi recusada com o argumento segundo o qual, embora se tratasse de um texto bem escrito e com evidente capacidade analítica, “não acrescentava muito” aos estudos realizados pela área³. Novamente, o período mais estudado neste evento foi o correspondente ao final do século XIX até a primeira metade do século XX. Já na Reunião de 2003, apresentaram-se 12 trabalhos. Predominaram os temas relacionados às práticas de leitura e profissão docente (trabalho docente por meio de discursos, o dia do professor e diferentes imagens; “consentimento ao poder masculino”). Dois trabalhos incidem sobre a segunda metade do século XX; os demais concentram-se no século XIX e primeira metade do seguinte. Por fim, na Reunião de 2004, foram apresentados 14 trabalhos. Dois sobre infância (“corpos perfeitos e saudáveis: concurso de robustez infantil e imagem materna”; “reconstruindo a história do atendimento da criança pequena”); dois sobre ensino (“ensino de música”; “educação e ciência da saúde”) e dois sobre Escola Nova. Destacam-se ainda: gênero, cotidiano, formação de professores, profissão docente. O período mais pesquisado foi a primeira metade do século XX. Em todas essas Reuniões, como se vê, consta uma única apresentação sobre o período.

Portanto, podem-se afirmar muitas hipóteses sobre a pesquisa desse período, exceto que a área encontra-se revitalizada pelos estudos desenvolvidos sobre o Império (mais) e a Colônia (um pouco menos). Tal dominância de alguns temas sobre outros nos eventos que classificamos nos faz reportar à análise de Bourdieu sobre a “*hierarquia dos objetos legítimos, legitimáveis ou indignos*”, quando afirma que a “*definição dominante das coisas boas de se dizer e dos temas dignos de interesse é um dos mecanismos ideológicos que fazem com que coisas também muito boas de se dizer não sejam ditas e com que temas dignos de interesse não interessem a ninguém, ou só possam ser tratados de modo envergonhado ou vicioso*”⁴.

³Este mesmo texto, intitulado “Infância, catequese e aculturação no Brasil do século 16”, após a recusa do GT de História da Educação da ANPED, foi encaminhado e aceito para publicação na **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, n.º 199, de 2003.

⁴BOURDIEU, P. **Método científico e hierarquia social dos objetos**, p. 35.

A propósito dos períodos e temas mais estudados na história da educação, é oportuno recorrer também à observação de Miriam Warde, em 1990, no auge da expansão dos Programas de Pós-Graduação em Educação, ao constatar as seguintes tendências nas dissertações da área: “*O crescimento de recortes temáticos cada vez mais minúsculos, o privilegiamento de aspectos cada vez mais particulares da educação, a reincidência sobre tópicos referentes à educação escolar (mais do que à chamada educação extra-escolar) e a dominância, eu ousaria dizer quase absoluta, de recortes que incidem sobre a conjuntura presente. Os estudos historiográficos estão crescentemente diminuindo entre as dissertações defendidas em nossos programas de educação*”⁵.

Outra referência importante para dimensionarmos o problema consiste no artigo de Diana Gonçalves Vidal e Luciano Mendes de Faria Filho, “*História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970)*”, publicada na *Revista Brasileira de História*, n. 45, p. 37-70, (2003), e no qual apresentam um “repertório” das obras que contribuíram para a constituição da disciplina e do campo da História da Educação. Nelas vemos que a educação do Brasil Colonial quase não foi tratada, predominando o interesse pelo período pós-1822, inclusive “o plano geral de monografias” coordenado por Laerte Ramos de Carvalho, já na década de 1960, e de cuja iniciativa nasceram estudos inovadores sobre a educação brasileira, mostrando que o objetivo do grupo era “*compor um quadro histórico compreensivo dos séculos XVIII a XX*”. Quanto à produção contemporânea, o que chama a atenção no artigo é que ele revela que nem mesmo a Sociedade Brasileira de História da Educação, uma entidade científica recentemente constituída, está estimulando o interesse sobre o período colonial, pois ao afirmar que “*até hoje, o campo elabora guias, índices de legislação e edita a íntegra de leis, no âmbito de uma escrita acadêmica*”⁶, cita como exemplo a “*Coleção Documentos da Educação Brasileira, iniciativa editorial da recém-criada Sociedade Brasileira de História da Educação (1999), que objetiva disponibilizar o conjunto das Leis e Regulamentos da Instrução Pública das várias Províncias/Estados brasileiros, num total previsto de 80 títulos*”⁷. Ou seja: o atual levantamento patrocinado pela Sociedade Brasileira de História da Educação segue a tradição de privilegiar o período iniciado no século XIX, não contemplando, portanto, a Colônia.

⁵WARDE, M. **O papel da pesquisa na pós-graduação**, p. 73.

⁶VIDAL, D. G.; FARIA FILHO, L. M. de. **História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970)**, p. 46.

⁷VIDAL, D. G.; FARIA FILHO, L. M. de. **História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970)**, p. 46.

As correntes interpretativas sobre a ação pedagógica dos jesuítas

Como assinalamos na Introdução, o tema em pauta é propício a suscitar duas posições divergentes entre si: uma favorável e outra contrária à ação jesuítica no Brasil colonial. Atualmente, uma das interpretações presentes na área da história da educação brasileira é aquela segundo a qual a primeira posição teria tido o seu grande nome com Fernando de Azevedo, na obra *A cultura brasileira*, na qual estaria condensada uma apologia da “importância” dos jesuítas na Colônia, bem como a crítica ácida à sua expulsão promovida pelo Marquês de Pombal, em 1759, resultando em desorganização e obscuridade do pouco que aqui havia em matéria de ensino. A respeito dessa obra, escreveram Diana Gonçalves Vidal e Luciano Mendes de Faria Filho que ela é “reconhecida no campo por obra de referência sobre a história educacional, mesmo que o autor não a tenha constituído como tal”⁸.

Baseando-se no texto *A configuração da historiografia educacional brasileira*, de Marta Carvalho, afirmam que “alternando procedimentos de condensação e esvaziamento de sentido, a narrativa de Azevedo vai compondo os seus personagens e instituindo heróis e vilões da história da educação brasileira. No primeiro caso, encontravam-se os jesuítas e os pioneiros da Escola Nova. No segundo, estavam Pombal, o Ato de 1834 e os educadores tradicionais”⁹.

De fato, essa obra de Fernando de Azevedo, publicada em 1943, é recheada de excertos enaltecedores à ação jesuítica no Brasil colonial, como podemos observar aqui: “Certamente, é na cristianização da terra que se concentram os esforços dos jesuítas, e é a serviço dessa obra fundamental do ponto de vista católico, que se desdobra, se alarga e se multiplica a atividade espantosa dos missionários. Mas, que a ação infatigável e fecunda desses religiosos ultrapassou os domínios do espiritual, não resta sombra de dúvida. Eles formavam, pela sua rígida disciplina, na sociedade colonial, incoerente e fragmentária um todo homogêneo e compacto, capaz de resistir às influências dissolventes e de estabelecer um *minimum* de unidade moral e espiritual entre os colonos portugueses e os povos primitivos, assimilados à nova civilização”¹⁰.

Em outro trecho lemos: “Assim terminou, no período colonial, com a expulsão da Companhia, a obra desses missionários que, em mais de dois séculos, educaram a mocidade

⁸VIDAL, D. G.; FARIA FILHO, L. M. de. *História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970)*, p. 38.

⁹VIDAL, D. G.; FARIA FILHO, L. M. de. *História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970)*, p. 53.

¹⁰AZEVEDO, F. *A cultura brasileira*, p. 245-246.

brasileira e tão eficazmente auxiliaram os portugueses a colonizar o Brasil, amaciando a aspereza dos costumes de uma época de violência e de rapinas, sopitando as discórdias entre casas-grandes, coarctando os abusos do governo, retemperando a fé, avidando a caridade, apertando os freios da religião e contribuindo para implantar a ordem e a disciplina onde tudo conspirava para enraizar a anarquia, filha dos ódios civis e das lutas de classes”¹¹.

Quanto à expulsão dos jesuítas, em 1759, o autor é taxativo: considera-a nefasta para a educação brasileira, pois desmantelou o arcabouço “coerente” erguido desde o século XVI sem criar nada que o substituísse. Duas obras posteriores, *As reformas pombalinas da instrução pública*, de Laerte Ramos de Carvalho, e *O pensamento burguês no Seminário de Olinda*, de Gilberto Luiz Alves, trataram de maneira diferente essa questão, que, de certa forma, ainda é mais compreendida segundo a análise de Azevedo, cujas palavras reproduzimos: “*Quando o decreto do Marquês de Pombal dispersou os padres da Companhia, expulsando-os da Colônia e confiscando-lhes os bens, fecharam-se de um momento para outro todos os seus colégios, de que não ficaram senão os edifícios, e se desconjuntou, desmoronando-se completamente o aparelho de educação montado e dirigido pelos jesuítas (...). O que nos veio não foram propriamente reformas (nem era possível exigir de golpe reformas que só longamente se podiam realizar), mas uma série incoerente de medidas tardias e fragmentárias, com que em 1759 e 1772 o governo da Metrópole se pôs a talhar na massa inerte da sociedade colonial, uma obra que desse a ilusão de substituir o organismo desmantelado”¹².*

Seria, portanto, *A cultura brasileira* a matriz da crítica a Pombal e da oposição entre o bem e o mal, o antes e o depois, que supostamente caracterizou e dividiu o período. Dessa forma, e ainda segundo tal julgamento, retomar os estudos sobre a ação pedagógica dos jesuítas equivaleria a filiar-se à versão do autor, iniciativa inteiramente questionável, uma vez que ela já teria sido suficientemente criticada e, por conseguinte, o tema já estaria coberto. Em outros termos, já teríamos acumulado pesquisas suficientes para chegarmos a um conhecimento satisfatório sobre ele, não necessitando de novos estudos, pois a palavra final já teria sido dada. Ao pesquisador de hoje restariam, assim, duas posturas: ficar a favor da “narrativa” de Fernando de Azevedo e, neste caso, receber o rótulo de “ingênuo”, ou incorporar o “desmonte” daquela narrativa. Não acreditamos nesse caminho e vamos mostrar por quê.

¹¹AZEVEDO, F. *A cultura brasileira*, p. 538-539.

¹²AZEVEDO, F. *A cultura brasileira*, p. 539 Et seq.

Em primeiro lugar, como evidenciamos no levantamento que realizamos, os estudos sobre o assunto são bastante escassos. Em segundo lugar, porque a nossa inserção como pesquisadores nessa temática nos permite afirmar que, ao contrário daqueles que exageram na crença sobre a influência de Fernando de Azevedo, tal obra, embora seja uma referência importante, não se constitui como baliza a partir da qual as atuais pesquisas se posicionam. A propósito, observemos como o pesquisador em literatura colonial, João Adolfo Hansen, classifica as principais correntes interpretativas sobre o tema, assinalando que os primeiros escritos, tal como os biógrafos de Nóbrega, por exemplo, “*são obviamente apologéticos*”. Desde a expulsão dos inicianos pelo Marquês de Pombal, em 1759, as interpretações são polêmicas, continua ele. “*Autores do século XIX, como Varnhagem, Capistrano de Abreu, Basílio Machado, Joaquim Nabuco, Eduardo Prado, fazem apologia da missão jesuítica. No século XX também é apologética a perspectiva de religiosos e historiadores católicos, principalmente Serafim Leite. Já Lugon (1977), Hoornaert (1979), Gambini (1988) e Paiva (1982) criticam a catequese, mas mantêm intocado o pressuposto da universalidade cristã. Desde a década de 1930, a antropologia torna-o relativo (Lévi-Strauss, 1970); Clastres, 1974 e 1978; Baeta Neves, 1978; Métraux, 1979) (...) Intelectuais marxistas estabelecem nexos diretos entre ação jesuítica e colonialismo (Prado Júnior, 1945; Fernandes, 1981). Florestan fala de ‘destribalização’ para significar a destruição das culturas indígenas pelos jesuítas*”¹³. Como vemos, Azevedo, a quem se atribui a matriz da tese apologética sobre os jesuítas, não figura no rol.

Voltaremos a tratar dessas interpretações no próximo item deste artigo.

O tema nos manuais didáticos

Existe uma relação direta entre a rarefeita produção acadêmica sobre a educação jesuítica no Brasil Colonial (1549-1759) e a disciplina de História da Educação, pois, ainda carecemos de uma obra que açambarque de forma sistemática esse período de longa duração que foi a hegemonia educacional exercida pela Companhia de Jesus durante 210 anos.

Ao arrolarmos a produção sobre a educação dos jesuítas, verificamos que os livros de História da Educação Brasileira dispensam pouco espaço para o tratamento deste tema, geralmente privilegiando a República. Tal constatação foi acrescida pela nossa experiência como

¹³HANSEN, J. Nóbrega, p. 766.

professores de História e Filosofia da Educação no curso de Pedagogia da Universidade Federal de São Carlos, bem como na Pós-Graduação. Com base nela e no arrolamento que elaboramos, três exemplos de publicações contemporâneas são ilustrativas: os livros de Otaíza Romanelli, *História da Educação no Brasil*, e de José Maria Paiva, *Colonização e catequese*, já são considerados manuais clássicos no ensino do que significou historicamente a educação jesuítica; entretanto, ambos não abordam a temática de maneira totalizante. Já o recém publicado *História da educação brasileira: leituras* (2003), de Maria Lucia Spedo Hilsdorf, sintetiza os 210 anos num conjunto de apenas dez páginas.

O livro de Romanelli apresenta os dois séculos de controle educacional jesuítico na forma de uma brevíssima síntese explicativa, que ocupa escassamente um total de quatro páginas. Paiva, por sua vez, em função do objetivo proposto, estabelece um corte cronológico na sua obra, que restringe a abordagem do tema exclusivamente ao primeiro século da colonização lusitana, isto é, de 1549 a 1600.

Com o intuito de demonstrar a nossa assertiva, isto é, a preponderância da República sobre o Império e a Colônia, destacamos os livros dessas duas autoras por serem obras que abarcam todos os períodos da educação brasileira. Além disso, outro critério justifica a razão de termos examinado mais pormenorizadamente esses dois livros: o de Otaíza Romanelli foi publicado pela primeira vez no início dos anos 1970 e está hoje na sua 29ª edição, o que mostra o quanto tem sido lido nos cursos de Pedagogia. Já o de Hilsdorf, é de 2003, portanto mais de trinta anos após o primeiro e fruto de um momento sobre a produção do conhecimento em educação inteiramente distinto do que viveu Romanelli, e mesmo assim, o espaço reservado à educação brasileira do período colonial pouco alterou.

Dessa forma, a razão de termos analisado mais detidamente esses livros é o fato de se intitularem *História da Educação no Brasil* (Romanelli) e *História da Educação Brasileira* (Hilsdorf). É óbvio, portanto, que eles não são obras exclusivas sobre a temática dos jesuítas assim como não o são sobre o século XIX ou XX, mas são ao mesmo tempo de todos esses períodos, pois as suas autoras os denominaram com essa abrangência. Da mesma forma, foram elas que, ao darem o título de História da Educação Brasileira (ou no Brasil) aos seus livros definiram o espaço que destinariam a cada período histórico, o que nos serve como elemento de comparação, pois, não sendo tais livros dedicados unicamente à temática da educação dos jesuítas, conferem validade ao que desejávamos demonstrar, isto é, o fato de um período tão largo

ocupar tão pouco espaço *nesses* livros que têm tido larga circulação e influência nos cursos de Pedagogia.

Quanto às diferenças de abordagem entre as duas autoras, é importante frisar que Romanelli adota uma postura anti-jesuítica, considerando elitista, humanista e desvinculada da realidade da Colônia a educação praticada pela Companhia de Jesus, postura que José Maria Paiva analisa como “anacrônica”. Já Hilsdorf, ao contrário de Romanelli, não se coloca na posição anti-jesuítica. Entre as duas interpretações principais sobre a questão, uma positiva, representada por Serafim Leite; e outra mais crítica e negativa surgida nas décadas de 70 e 80, ela se declara numa terceira via: “*Hoje os estudos adotam uma posição mais equilibrada e procuram ver os jesuítas como homens de seu tempo. Esta é a linha que vamos seguir*”¹⁴. Interessante perceber a semelhança da postura teórica adotada pela autora com uma interpretação contida na obra *A cultura brasileira*, de Fernando de Azevedo, em que podemos ler o seguinte: “*A obra civilizadora que o jesuíta realizou no Brasil, nos dois séculos iniciais da colonização, não pode ser compreendida se não situada em sua época, dentro das condições da vida social, na Metrópole e na Colônia, e do espírito com que nasceu a Companhia e que ela transportou para as missões*”¹⁵.

Mas, na verdade, não é essa distinção entre uma postura negativa/crítica e outra “mais equilibrada” que nos interessa quando comentamos essa produção e, sim, a verificação da superioridade numérica de estudos sobre períodos mais recentes.

Concluimos este item com um breve comentário sobre *Colonização e catequese*, de José Maria Paiva porque o surgimento dessa obra nos fornece elementos importantes para redimensionarmos a questão do tratamento teórico-metodológico que vinha sendo dado ao tema. Elaborado no período da ditadura militar, quando a Teologia da Libertação constituía-se na corrente teórica que inspirava boa parte dos intelectuais oriundos da Igreja Católica, seu livro, circunscrito ao século XVI, é um marco importante porque retoma o tema numa abordagem que passaria a exercer grande influência nos estudos posteriores¹⁶. Isto porque, até os anos 1970 aproximadamente predominava a interpretação apologética, em grande parte não acadêmica. De lá para cá, observamos um duplo movimento: o abandono relativo da temática (com exceção de

¹⁴HILSDORF, M. L. S. *História da Educação no Brasil*, p. 3.

¹⁵AZEVEDO, F. *A cultura brasileira*, p. 517.

¹⁶Ver o artigo de Amarílio Ferreira Junior *Do contexto ao texto: a ditadura militar e a obra “Colonização e catequese”*, que compõe o rol de vídeo conferências comemorativas aos 20 anos do HISTEDBR, apresentado na Faculdade de Educação da UNICAMP em março de 2005.

Paiva) e a superação das concepções teórico-metodológicas baseadas no conceito de totalidade pelos chamados “novos paradigmas” epistemológicos que privilegiam o presentismo e o fragmentário.

O tema em artigos e capítulos de livros

Para além da questão temporal, temos que considerar que o monopólio educacional jesuítico não foi exercido por meio de uma *práxis* pedagógica de caráter monolítico. Muito pelo contrário. A ação missionária dos padres inacianos no Brasil Colonial variou de acordo com as circunstâncias históricas que permearam a própria lógica colonial metropolitana. No século XVI, por exemplo, a missão evangelizadora jesuítica foi marcada pela improvisação e pela criação de práticas que, em muitos sentidos, passavam ao largo dos cânones teológicos derivados do Concílio de Trento (1545-1564) e até mesmo dos princípios que norteavam a própria Ordem da Companhia de Jesus, aquelas derivadas das Constituições (aprovação final em 1558) e da *Ratio Studiorum* (aprovação final em 1599). Neste sentido, duas ações jesuíticas são ilustrativas: a quebra do sigilo da confissão com os indígenas, ou seja, o uso de intérpretes entre o padre e o fiel e a prática de amealhar bens materiais – como terras, escravos e gados – para as casas de bê-á-bá, o que era permitido apenas para o uso exclusivo dos colégios.

A educação jesuítica no Brasil Colonial, nesse período, foi perpassada por uma gama significativa de questões que ainda merecem um estudo de feição mais sistêmico. Em outras palavras, como dissemos anteriormente, o campo de conhecimento da história da educação ainda está devendo uma obra que apresente o conjunto dos temas concernentes ao mundo educacional colonial protagonizado pelos padres da Companhia de Jesus de maneira abrangente. Isto porque vários desses assuntos encontram-se pulverizados num amplo leque de artigos e capítulos de livros, o que caracteriza falta de unidade no tratamento epistemológico da matéria. Além disso, tal situação reinante na produção acadêmica sobre a temática traz em si dois outros inconvenientes: a repetição de uma mesma questão em vários autores diferenciados e a ausência de um fio condutor que faculte a compreensão metódica da educação jesuítica no Brasil Colonial.

Na perspectiva do que foi exposto, podemos classificar a produção sobre os temas da educação jesuítica no Brasil Colonial da seguinte maneira:

- 1- Capítulos de livros: “Educação no Brasil colonial”, de Hélio Vianna (Brasiliense n.º 261); “O magistério de dois séculos”, de Serafim Leite (1950, t. VII); “Ação missionária e educação”, Laerte Ramos de Carvalho (1960); “A pedagogia evangelizadora”, de Eduardo Hoornaert et al (1977); “Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista”, de Rafael Chambouleyron (1999); “Educação jesuítica no Brasil Colonial”, de José Maria Paiva (2000); “Igreja e educação no Brasil colonial”, de José Maria Paiva (2004); e “Educação e colonização: as idéias pedagógicas no Brasil”, de Dermeval Saviani (2004).
- 2- Artigos em periódicos: “Instrução pública na colônia e no império (1500-1889)”, de Raul Briquet (1944); “A educação no Brasil colonial”, de Hélio Vianna (1945); “Vicente Rodrigues, primeiro mestre escola do Brasil (1528-1600), de Serafim Leite (1951); “Catequese dos índios e imposição cultural – Brasil, século XVI”, de José Maria Paiva (2002); “Educação jesuítica no Brasil Colonial”, de Marisa Bittar e Amarílio Ferreira Jr. (2001); “Educação jesuítica e crianças negras no Brasil Colonial”, de Amarílio Ferreira Jr. e Marisa Bittar (2002); “Infância, catequese e aculturação no Brasil no século 16”, de Marisa Bittar e Amarílio Ferreira Jr. (2003); “A pedagogia da escravidão nos Sermões do Padre Antonio Vieira”, de Amarílio Ferreira Jr. e Marisa Bittar (2004); e “Pluralidade lingüística, escola de bê-á-bá e teatro jesuítico no Brasil do século XVI”, de Amarílio Ferreira Jr. e Marisa Bittar (2004). No âmbito deste arrolamento há uma exceção: trata-se do livro de Luiz Alves de Mattos, *Primórdios da educação no Brasil: o período heróico (1549-1570)*. A obra em questão, porém, tal como se pode observar pela própria periodização estipulada no título, abarca uma fase muito restrita da ação pedagógica dos padres da Companhia de Jesus.

Da literatura que examinamos chama a atenção, inicialmente, os textos cuja interpretação são claramente pró-jesuíticas, como é o caso de Hélio Vianna e do padre Serafim Leite, obras pertencentes ao período anterior a 1970. Na vertente oposta, minoritária no campo e crítica aos jesuítas, relacionando catequese e educação à ação colonizadora, encontram-se os recentes trabalhos oriundos das nossas pesquisas realizadas na Universidade Federal de São Carlos. Quanto à produção de José Maria Paiva, certamente a maior expressão dos estudos relacionando

catequese e cultura no Brasil colonial, tem se afastado da interpretação que dera em seu clássico *Colonização e catequese* (1982), aprofundando-se na matriz cultural.

Nessa corrente sobressaem trabalhos de diversos pesquisadores sobre os aspectos culturais gerais do período. Podemos citar, além de José Maria Paiva, a coletânea organizada por Mary Del Priore *História das crianças no Brasil*, na qual alguns artigos tratam da criança escrava, dos órfãos portugueses, do cotidiano da criança índia e mameluca, entre outros aspectos.

Anteriormente a essa produção havia o importante trabalho de Laerte Ramos de Carvalho, “Ação missionária e educação”, publicado em 1960 na *História geral da Civilização Brasileira*, organizada por Sérgio Buarque de Holanda, que talvez tenha sido, por muito tempo, um dos poucos textos sobre o assunto na historiografia da educação brasileira. Nele, o autor aborda a questão da catequese de crianças índias e mamelucas e o seu gradativo deslocamento para a fundação dos colégios que educaram os filhos da aristocracia agrária colonial. Além disso, buscou explicar também a base econômica de sustentação dessas escolas. Já o artigo de Mary Del Priore, publicado na década de 1980 e intitulado “O papel branco, a infância e os jesuítas na Colônia”, analisa a aculturação exercida pela Companhia de Jesus junto às crianças índias nas primeiras décadas da colonização.

Dispomos também do excelente texto “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura”, de Villalta, que nos dá um panorama das línguas praticadas no Brasil Colônia. Ele não se fixa, porém, no papel que a escola teria cumprido para a expansão do idioma português nesse período, até porque sustenta a tese de que a educação escolarizada foi pouco desenvolvida. Por outro lado, relaciona a expulsão dos jesuítas e a obrigatoriedade imposta por Pombal quanto ao uso do português como um fator importante para o declínio das línguas faladas até então. A educação está presente no seu texto, mas não é o aspecto central, ou seja, o autor não teve o objetivo de focalizá-la como possível veículo de expansão da língua portuguesa. A propósito das línguas faladas no nosso passado, vale a pena registrar também os estudos desenvolvidos por Heitor Megale, professor de filologia e língua portuguesa da USP, que reuniu cerca de mil páginas de manuscritos dos séculos XVII e XVIII em arquivos e cartórios das regiões que marcaram o ciclo do ouro em busca de reminiscências da ‘língua falada pelos bandeirantes’ (A língua dos bandeirantes. Caderno Mais! *Folha de S. Paulo*, 10/03/2002, p. 21).

Dessa forma, a temática da educação jesuítica no Brasil Colonial encontra-se fragmentada em títulos diversos que não dão conta de um tratamento unitário e coerente, o que nos faz

concluir que a ausência de uma obra com essas características – unitarismo e coerência – impõe-se como tarefa prioritária para os pesquisadores que têm como objeto de investigação a educação colonial. Em outras palavras, falta-nos uma obra abrangente que aborde o período jesuítico por inteiro e que forneça uma interpretação geral sobre o longo período de 210 anos, abarcando os traços mais distintivos que compõem essa totalidade (1549-1759). O eixo dessa interpretação deve ser os traços fundamentais da ação pedagógica jesuítica, pois a pretensão de esgotar todos os assuntos seria impossível e vazio de sentido. Tal afirmação não decorre de especulação, mas dos nossos estudos já desenvolvidos até aqui os quais nos sinalizam que a ação pedagógica dos jesuítas, devido ao largo período em que transcorreu, não pode ser caracterizada numa única experiência educativa. Ela comporta dois principais momentos: as casas de bê-á-bá (aldeias, igrejas) e os colégios. Estudos e levantamentos de fontes primárias que temos desenvolvido confirmam essa forma de abordar o assunto.

O tratamento teórico-metodológico

A pesquisa sobre a educação no período colonial exige o recurso às fontes primárias como matéria prima a ser trabalhada. Mas antes de tratarmos especificamente delas é necessário que reflitamos sobre o próprio procedimento teórico-metodológico que deve conduzir a pesquisa porque aqui reside outro aspecto polêmico que envolve o tema sobre a educação jesuítica, isto é, o recurso às fontes primárias é visto por alguns como obediência à “palavra oficial” que, neste caso, seriam os preceitos da Companhia de Jesus. Pensamos que aí reside um equívoco e, ao contrário dessa postura, advogamos que o vínculo com as fontes primárias se faz necessário, sob pena de não acrescentarmos nada de novo ao que já se produziu sobre o assunto.

A propósito, Dario Ragazzini, alertando para o risco mais freqüente que envolveu a abordagem das fontes pelo pesquisador, a excessiva objetividade, chama a atenção para o atual risco inverso, isto é, o peso demasiado sobre o papel subjetivo do intérprete. Postulando uma posição equilibrada entre objetividade e subjetividade, afirma que, por um lado, as fontes não falam por si, são vestígios, testemunhos que respondem às perguntas que lhes são apresentadas. *“Por outro lado, a fonte é o único contato possível com o passado que permite formas de verificação. Está inscrita em uma operação teórica produzida no presente, relacionada a projetos interpretativos que visam confirmar, contestar ou aprofundar o conhecimento histórico*

*acumulado. A fonte provém do passado, é o passado, mas não está mais no passado quando é interrogada. A fonte é uma ponte, um veículo, uma testemunha, um lugar de verificação, um elemento capaz de propiciar conhecimentos acertados sobre o passado*¹⁷. No original o autor utiliza a expressão *accertabilità*, inexistente em português, para conceitualizar a possibilidade de o historiador produzir, a partir das fontes, um conhecimento acertado, verificável, sobre o passado.

Com base nessa idéia, quando apontamos que os documentos de época devem ser a fonte principal da pesquisa, desejamos chamar a atenção para o pouco que ainda se conhece sobre esse passado. Como historiadores, valorizamos o conhecimento do passado e, ao mesmo tempo, sabemos que conhecê-lo não significa concordar com ele, o que implica no constante questionamento sobre a escrita da história. Fontes, documentos, teorias, livros, são instrumentos de investigação com os quais um estudioso das humanidades está permanentemente envolvido. Portanto, não é cabível o julgamento segundo o qual aspectos passíveis de serem quantificados não podem estar presentes num texto de ciências humanas sob pena de o mesmo tornar-se “positivista” ou sem valor. Só chega a uma tal classificação quem está destituído de epistemologias próprias do campo em questão e adota, em seu lugar, critérios estreitos de definição teórico-metodológica, como, aliás, chamou atenção Miriam Warde no artigo *O papel da pesquisa na pós-graduação* sobre a “pobreza teórica” da nossa atual produção na qual, freqüentemente, para não se enfrentar o substantivo “pesquisa”, envereda-se pelos adjetivos “qualitativa x quantitativa”; “teórica x empírica” (prática?); “dialética x positivista”.

Se, filosoficamente, a quantidade é um atributo da qualidade, por que o receio de trabalhar com dados quantificáveis? Trata-se de um recurso de análise válido. Além disso, para o historiador, lidar com documentos deve ser um procedimento metodológico corriqueiro, o seu aporte teórico serve exatamente para fazê-lo ler nas entrelinhas, duvidar, suspeitar, não adotar postura de crença cega ou servil à palavra ali escrita. Não praticamos uma historiografia escrava do documento. Mas também não concordamos com a historiografia feita sem o cuidado, sem o rigor com as fontes. Aqui entra o papel da teoria, exatamente para propiciar a leitura, a interpretação, já que nenhum dado fala por si, bem como o equilíbrio entre o aspecto objetivo e subjetivo no processo de produção do conhecimento.

¹⁷RAGAZZINI, D. *Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação?*, p. 14.

Dessa forma, se é impossível compreender a educação do Brasil Colonial sem conhecer a ação pedagógica dos jesuítas, uma vez que ela foi hegemônica durante 210 anos da nossa história, afirmamos que ela é uma espécie de chave de leitura, o que significa, em certo sentido, a “porta de entrada” do pesquisador para se conhecer a educação colonial. Mas, afirmar que ela consiste numa chave de leitura imprescindível para o *conhecimento* da educação desse período não equivale a dizer que devemos concordar com o tipo de educação praticada.

Neste sentido, a linha interpretativa que adotamos não abandona as visões gerais do Brasil procurando conciliar a análise de um objeto específico – educação jesuítica no Brasil colonial – com os traços históricos gerais da época. Em outras palavras: partimos sempre da História, mas buscando a especificidade da educação na sociedade brasileira. As visões microscópicas, sem vinculação com as questões estruturais, e a adesão a novos objetos e abandono de outros sobre os quais a nossa historiografia ainda não chegou a uma conclusão satisfatória, são questões que nos preocupam. Incorporação de novos objetos para a pesquisa é salutar e necessário, mas pensar que por serem novos são necessariamente mais relevantes do que os “velhos” é um equívoco. Da mesma forma, reduzir um objeto de estudo à sua exclusiva particularidade, perdendo de vista o contexto e os seus traços estruturais, não é a concepção de História que postulamos. Neste sentido, nos vem à mente a clássica imagem de Engels alertando aquele que “*obcecado pela árvore, não consegue enxergar o bosque*”¹⁸, nem perceber a dinâmica na qual ela, árvore, se insere.

Acreditamos, por fim, que a concepção de mundo antecede a concepção de produção do conhecimento. Ela não apenas está presente nesta como, de certa maneira, a orienta, por exemplo, na escolha deste e não daquele tema, na forma como se compreende e se problematiza determinado objeto. Por último, a concepção epistemológica guia toda a pesquisa, mas ela, por si só, não garante o seu êxito. Um pesquisador pode anunciar muito bem o seu referencial teórico e, a despeito disso, não conseguir chegar a um resultado rico ou mesmo satisfatório.

A questão das fontes

Com relação às fontes primárias, entendemos que é de fundamental importância investigar tanto os documentos produzidos pelos próprios padres da Companhia de Jesus, notadamente as

¹⁸ENGELS, F. *Anti-Düring*, p. 21.

cartas dos séculos XVI, XVII e XVIII, quanto os relatos dos chamados cronistas europeus que visitaram e viajaram pela colônia portuguesa americana durante as três primeiras centúrias do período colonial.

Os documentos jesuíticos da época em questão, na sua maioria, já se encontram impressos. Os destaques ficam por conta daqueles organizados pelo padre Serafim Leite SJ. A primeira é a monumental obra que escreveu sobre a História da Companhia de Jesus no Brasil, em dez tomos, sendo que em nove volumes temos apêndices contendo documentos coloniais. Vale destacar, por exemplo, a “Breve do Papa Urbano VIII, *Commissum Nobis*, de 22 de abril de 1639, sobre a Liberdade dos Índios na América” (no tomo VI) e a “Relação da Província do Brasil, 1610, pelo Padre Jácomo Monteiro” (no tomo VIII)¹⁹. Além disso, Serafim Leite organizou, quando das festividades do IV Centenário da cidade de São Paulo, os três volumes das Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil. Nelas encontramos um relato cru sobre o choque cultural que se estabeleceu entre a civilização ocidental cristã e os povos indígenas que habitavam a costa leste da América do Sul, de São Vicente a Pernambuco. Emblemática na descrição do conflito entre europeus e homens pré-colombianos é a carta do padre Manuel da Nóbrega ao padre Miguel de Torres, Provincial de Portugal, datada de 8 de maio de 1558. A missiva do Provincial do Brasil (1553-1559) não deixava dúvidas de qual deveria ser a postura do colonizador frente aos índios considerados “inimigos dos cristãos”. Para Nóbrega (1957, p.449), os indígenas que não se submetiam aos cânones da cultura ocidental cristã “se podem logo – afirmava – castigar e sujeitar”.

Há também os relatos jesuíticos do Estado do Maranhão e Grão-Pará. Aqui, destacam-se os famosos sermões do padre Antônio Vieira, em XV volumes, publicados por Lello & Irmão Editores, cujas edições datam da década de 1940. Também do mesmo autor, existem as cartas organizadas por João Adolfo Hansen (2003), que tratam, entre outros aspectos, da ação pedagógica com os índios da Amazônia e os escravos desafricanizados dos engenhos de açúcar, notadamente da Bahia. Quanto aos sermões, no volume VII, encontramos um dos mais célebres pregados por Vieira: “Sermão de Santo Ignacio”. Nessa prédica, realizada no Real Colégio de Santo Antão, em 1669, evidencia-se de forma clara o significado do que era ser um jesuíta nos tempos das lutas entre cristãos reformados e cristãos filiados à contra-reforma: a disciplina, quase militar, e a preparação intelectual, para pregar a fé católica. É o que se percebe na exaltação de

¹⁹LEITE, Serafim SJ. **História da Companhia de Jesus no Brasil**, p. 269. t. X.

Antonio Vieira a Loyola expressando que ele “*lia as vidas e as perseguições dos Apóstolos, e soando-lhe melhor que tudo aos ouvidos as trombetas do Evangelho*”, tomava “*por empresa a conquista de todo o mundo, para dilatar a fé*”. Isto era o que Ignacio ia lendo e o que “*ia trasladando em si e imprimindo dentro na alma*”. Ele prossegue afirmando que o dia trinta e um de Julho “*estava vago*” faltando nele uma “*vida de santo*”, e que esta “*havia de ser a sua, e que este dia feriado e sem nome havia de ser o de Santo Ignacio de Loyola, fundador e patriarca da Companhia de Jesus!*”²⁰.

Quanto aos relatos dos cronistas europeus que visitaram o Brasil no período colonial, podemos citar como fontes primárias impressas fundamentais para a pesquisa as obras, entre outras, de Pero de Magalhães Gandavo, do padre Fernão Cardim, de Gabriel Soares de Sousa, de Jean de Léry e do padre Vicente do Salvador. Todos trazem informações preciosas sobre a vida cotidiana do Brasil colonial, particularmente aquelas que dizem respeito ao relacionamento travado entre índios e colonizadores.

Uma outra fonte primária imprescindível para os historiadores da educação é o ***Ratio Studiorum***, o plano pedagógico da Companhia de Jesus, aprovado em 1599, depois de décadas de elaboração e experimentação conjunta. É quase impossível tratar de qualquer aspecto da educação do período jesuítico sem utilizá-lo, uma vez que ali se encontram não apenas as regras de estudos, os procedimentos que os mestres deveriam seguir, como também está subjacente em todo o compêndio a concepção de conhecimento professada pelos jesuítas. Só para ilustrar, observemos o que prescreve ele em matéria de aprendizagem, disciplina e punições. Nas Regras Comuns Aos Professores Das Classes Inferiores, a regra 39, intitulada “Cuidado da disciplina” diz: “*Nada mantém tanto a disciplina quanto a observância das regras. O principal cuidado do professor seja, portanto, que os alunos não só observem tudo quanto se encontra nas suas regras mas sigam todas as prescrições relativas aos estudos: o que obterá melhor com a esperança da honra e da recompensa e o temor da desonra do que por meio de castigos físicos*”. Em seguida, prescreve a regra 40: “*Não seja precipitado no castigar nem demasiado no inquirir; dissimule de preferência quando o puder sem prejuízo de ninguém; não só não inflija nenhum castigo físico (este é ofício do corretor) (...). Ao Prefeito deixe os castigos mais severos ou menos acostumados, sobretudo por faltas cometidas fora da aula, como a ele remeta os que se recusam a aceitar os castigos físicos*”. O tema aparece também nas Regras do Professor de Matemática,

²⁰VIEIRA, A. **Sermão de Santo Ignácio**, 1945, p. 419.

em que se lê: “*Por causa dos que faltarem ou na aplicação ou em pontos relativos aos bons costumes e aos quais não bastarem as boas palavras e exortações, nomeie-se um Corretor, que não seja da Companhia. Onde não for possível, excogite-se um modo que permita castigá-los por meio de algum estudante de maneira conveniente*”²¹. Já o padre José de Anchieta, em março de 1555, assim escreveu a Inácio de Loyola, que se encontrava em Roma: “*O ensino dos meninos aumenta dia a dia o que mais nos consola, os quais vêm com gosto à Escola, sofrem os açoites e têm emulação entre si*”²².

Essas e outras “páginas” da história da educação brasileira nos seus primeiros dois séculos encontram-se em fontes primárias impressas como as que acabamos de citar e nos propiciam um quadro cultural bastante revelador sobre as circunstâncias em que ela transcorria. Assim, quando nos indagam por que desejamos retomar estudos que já “receberam ampla revisão”, respondemos que assim o fazemos porque ainda não foram suficientemente pesquisados, exigem compreensão e merecem uma visão de conjunto. Neste sentido, quando apontamos para os documentos de época como fonte principal da pesquisa, desejamos chamar a atenção para o pouco que ainda se conhece sobre esse passado.

Conclusão

Como membros de um Grupo nacional de pesquisa que se articula em torno do projeto *Educação, História e Cultura no Brasil (1549-1759)*, estamos seguros em afirmar que a temática da educação jesuítica encontra-se em fase de “redescoberta”, se assim podemos definir o seu atual momento marcado pela adesão de novos pesquisadores e inspirando novos estudos. Tal constatação ganhou reforço no nosso último Encontro realizado em Piracicaba quando recebemos a presença de estudiosos não pertencentes ao Grupo, que vêm realizando pesquisas sobre diversos aspectos que fazem interface com o nosso objeto de pesquisa. A título de ilustração, citamos o caso de Paulo Assunção, com a sua recente obra *Negócios jesuíticos*, resultado de consistentes e contínuas pesquisas que vem elaborando com base em fontes primárias, na sua maioria, documentos que se encontram em Portugal. A sua obra traz relevante contribuição aos estudos

²¹Sobre as regras, consultar: COMPANHIA DE JESUS. Ratio Studiorum. In: FRANCA, L. *O método pedagógico dos jesuítas*. São Paulo: Editora Agir, 1952.

²²ANCHIETA, J. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, v. II, p. 194.

sobre a cultura e educação jesuíticas, uma vez que esmiúça e desnuda a base material sobre a qual se assentava a ação da Companhia de Jesus.

Ao mesmo tempo em que somos cientes da importância de se estudar a educação jesuítica no período colonial, sabemos também que, a despeito das boas perspectivas que vislumbramos, este tema atrai um número restrito de pesquisadores e isto se deve a vários fatores, entre os quais destacamos: a) a especificidade do próprio tema, que, por ser tão recuado no tempo, requer inserção na gênese societária brasileira, implicando afinidade com a história dos nossos primeiros séculos; b) a questão das fontes de pesquisa, um aspecto árido, que implica gosto e disciplina para trabalhar com documentos antigos; c) a própria constituição do campo em pesquisa educacional, caracterizado por influências temáticas capazes de exercer maior interesse e projeção aos seus membros; d) a abordagem metodológica da pesquisa, que exige um tratamento epistemológico que impõe a necessidade de se relacionar o particular com o geral de forma sistêmica, isto é, a especificidade do objeto de investigação não se deixa revelar sem o concurso orgânico da totalidade histórica que deu materialidade para os primeiros séculos da formação societária brasileira.

Concluimos retomando nossas palavras introdutórias e lembrando a análise de Adam Schaff sobre o porquê de a história ser constantemente reescrita. Se isto ocorre, afirma ele, é porque o processo do conhecimento se dá através de sucessivas aproximações e, portanto, não podemos cometer o equívoco de identificar o caráter objetivo da verdade com o seu caráter absoluto. Por isso, as verdades parciais não são erros, constituem verdades objetivas, se bem que incompletas. Se a história nunca está definitivamente acabada, se está subordinada a constantes reinterpretações, daí resulta apenas ser ela um processo e não uma imagem definitivamente acabada, não uma verdade absoluta. Se encaramos o conhecimento histórico como processo e superação das verdades históricas como verdades aditivas, cumulativas, compreendemos o porquê da constante reinterpretação da história.

Apoiemo-nos nessa concepção para justificarmos a retomada do tema da educação jesuítica no campo da pesquisa educacional. Ao fazê-lo estamos rejeitando a tendência não exclusiva da área educacional, mas também presente na cultural, segundo a qual, por vários motivos, entre eles porque oscilamos entre ufanismo de país novo e a baixa auto-estima de país dependente na ordem econômica mundial, nossos movimentos de renovação tendem a banir do cenário cultural a memória do que passou. As vanguardas de uma nova tendência, com toda

justiça, apoiadas na recusa do que é estabelecido, investem contra movimentos que a antecederam. Só que, entre nós, consegue demolir inteiramente as construções de eras anteriores. No campo da construção do conhecimento, especialmente no da pesquisa em História da Educação, esta postura é condenável, entre outros aspectos, porque tende a negligenciar o nosso passado como um dos elementos constitutivos do nosso presente.

Referências Bibliográficas

ALVES, Gilberto Luiz. *O pensamento burguês no Seminário de Olinda (1800-1836)*. Ibitinga: Humanidades, 1993.

ANCHIETA, José de. Carta ao Padre Inácio de Loyola, Roma (São Vicente, março de 1555). In: LEITE, Serafim, S.J. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*. Coimbra: Tipografia da Atlântida, 1957. v. II, p. 193-209.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. Introdução ao estudo da cultura no Brasil. 4ª ed. Brasília: Editora da UnB, 1963.

BITTAR, Marisa; FERREIRA Jr., Amarílio. Educação jesuítica no Brasil Colonial. *Série-Estudos*, Campo Grande, n. 12, p. 135-143, jul.-dez., 2001.

BITTAR, Marisa; FERREIRA Jr., Amarílio. Infância, catequese e aculturação no Brasil do século 16. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 81, n. 199, p. 452-463, set.-dez. 2003.

BOURDIEU, Pierre. *Método científico e hierarquia social dos objetos*. In: Nogueira, M.A.; Catani, A. (Org.). *Escritos de educação*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 31-38.

CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: Editora da USP; Saraiva S/A, 1978.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 55-83.

COMPANHIA DE JESUS. *Ratio Studiorum*. In: Leonel Franca. *O método pedagógico dos jesuítas*. São Paulo: Editora Agir, 1952.

DEL PRIORE, Mary. O papel branco, a infância e os jesuítas na colônia. In: _____ (Org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991. p. 10-27.

ENGELS, Friedrich. *Anti-Düring*: filosofia, economia política, socialismo. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FERREIRA Jr. Amarilio; BITTAR, Marisa. Educação jesuítica e crianças negras no Brasil Colonial. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 80, n. 196, p. 472-482, set.-dez. 1999.

FERREIRA Jr. Amarilio; BITTAR, Marisa. A pedagogia da escravidão nos *Sermões* do padre Antonio Vieira. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 84, n. 206/207/208, p. 43-53, jan.-dez. 2003.

FERREIRA Jr., Amarilio; BITTAR, Marisa. Pluralidade lingüística, escola de bê-á-bá e teatro jesuítico no Brasil do século XVI. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25. n. 86, p. 171-195, abr. 2004.

FERREIRA Jr., A. Do contexto ao texto: a ditadura militar e a obra “Colonização e catequese”. *HISTEDBR/UNICAMP*, Campinas, 39 p., mar. 2005.

GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil*. Rio de Janeiro: Edição Anuario do Brasil, s.d. p. 23-61.

GRAMSCI, Antonio. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. In: _____. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Marco Aurélio Nogueira; Luiz Sérgio Fernandes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3.

HANSEN, João Adolfo. Manuel da Nóbrega. In: Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero; Jäder de Medeiros Britto. (Org.) *Dicionário de educadores no Brasil*. 2ª ed. Brasília: MEC/INEP; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. p. 764-768.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Tradução: Sérgio Milliet. São Paulo: Biblioteca do Exército Editora, 1961.

LEITE, Serafim SJ. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Livraria Civilização Brasileira; Instituto Nacional do Livro, 1938-1950. t. I-X.

LEITE, Serafim SJ. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil (1538-1563)*. Coimbra: Tipografia da Atlântida, 1956-1958. t. I-III.

MANACORDA. Mario Alighiero. *História da educação: da antigüidade aos nossos dias*. Tradução de Gaetano Lo Monaco. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.

MATTOS, Luiz Alves de. *Primórdios da educação no Brasil: o período heróico (1549-1570)*. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1958.

MEGALE, Heitor. A língua dos bandeirantes. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 mar. 2002. Caderno Mais!, p. 21.

PAIVA, José Maria. *Colonização e catequese (1549-1600)*. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1982.

PAIVA, José Maria. História da educação: apontamentos metodológicos. *Revista Diálogo educacional*, Curitiba, v. 5, n. 14, p. 207-214, jan./abr. 2005.

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação? *Educar Em Revista*. Universidade Federal do Paraná, N. 18, 2001. p. 13-28.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil: 1930-1973*. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SCHAFF, A. *História e verdade*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

VIDAL, Diana Gonçalves; Faria Filho, Luciano Mendes de. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo: 1880-1970. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n.45, p.37-70, jan./jul.2003.

VIEIRA, A. **Sermão de Santo Ignácio**. In: _____. *Sermões*. Porto: Livraria Lello & Irmão – Editores, 1945. v. II.

VILLALTA, L. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: Mello e Souza, L. (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 331-385.

WARDE, M. J. O papel da pesquisa na pós-graduação em educação. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, n. 73, p. 67-75, 1990.